

RESENHA

A Sociologia de Durkheim

STEINER, Philippe. A Sociologia de Durkheim.
Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Fábio Renan Pinheiro de Sousa

Universidade Federal do Ceará
renan_fabio@hotmail.com

Nilton de Almeida Nascimento

Universidade Federal do Ceará
nilton.sociologia@gmail.com

“Conservador”, “funcionalista” e “positivista” são algumas das alcunhas imprecisamente atribuídas ao sociólogo Émile Durkheim e à sua obra e que servem de pontos de partida e mote analítico para uma original interpretação de sua teoria no livro *A Sociologia de Durkheim*¹. Publicada em 2016, a obra de Philippe Steiner² veio a lume para, entre outros efeitos, corrigir uma determinada leitura míope, comumente apresentada nos manuais correntes de sociologia,

1. A obra faz parte da coleção “Sociologia: pontos de referência”, que busca apresentar ao leitor brasileiro novas interpretações acerca de clássicos da sociologia, a saber: Max Weber, Karl Marx, Anthony Giddens, etc.

2. É professor de Sociologia da Université Paris-Sorbonne.

que atestam um levantamento pouco crítico da produção durkheimiana.

No decorrer de dez capítulos, Steiner procura contrapor tais inconsistências hermenêuticas que orbitam em torno da sociologia de Durkheim e propõe uma reavaliação de suas teses numa perspectiva mais contextualizada; para além desses reparos críticos, o autor aponta para as “[...] descontinuidades e aporias que devem ser levadas em conta [...]” (STEINER, 2016, p. 11) na leitura da obra do fundador da sociologia francesa, como bem salienta José Benevides Queiroz, que traduz o livro e faz o prefácio à edição brasileira.

Neste processo de descontinuidades, que envolve desde a mudança de metodologias de uma obra para outra até a substituição de conceitos, Steiner fornece chaves de compreensão acerca do complexo empreendimento de Durkheim para garantir a autonomia do campo sociológico. Enfrentando a resistência do campo intelectual francês, composto majoritariamente por filósofos, historiadores, psicólogos e literatos (SAPIRO, 2004), Durkheim conduz essa autonomização através da criação de um grupo coeso, compromissado com estudo dos fenômenos sociais e enfrentando o “[...] frágil lugar que a instituição universitária dispensava à sociologia.” (STEINER, 2016, p. 33), como sublinha o autor.

A criação do *L'Année Sociologique* (1897), periódico que abrigou as publicações de pesquisas realizadas por componentes do grupo de Durkheim (dentre eles, Marcel Mauss), impulsionado pelo lançamento de revistas acadêmicas correlatas, adicionou maior vitalidade à tarefa de alterar a posição vacilante da sociologia no campo universitário à época. Contendo uma miríade temática, esquematizada por Steiner na página 29, de trabalhos acerca da Religião, Moral, Direito, Economia, etc., a revista tinha por desígnio alcançar o “[...] objeto da

ciência, de seu método e de seus resultados, a realidade da sociologia.” (STEINER, 2016, p. 28).

Em paralelo à intensa atividade acadêmica do autor de *Educação e Sociologia* (1922), como bem destaca Steiner, Durkheim interpresa esforços de discussão e posicionava-se a respeito de questões políticas de sua época. Compromissado com as causas defendidas pela Terceira República, Durkheim advogava pela separação entre Igreja e Estado, manifestando sua predisposição em elaborar um plano de ensino laico, mas considerando “as condições nas quais uma moral laica pode substituir a moral religiosa” (STEINER, 2016, p. 23) sem comprometer a força da obrigatoriedade moral.

O mais emblemático desses embates, certamente, refere-se ao “Caso Dreyfus”. De origem judaica (como o próprio Durkheim), Alfred Dreyfus, um oficial do exército francês, condenado por traição, fora julgado por meio de um processo conduzido de maneira defectível, mobilizando um grande contingente de intelectuais para o debate sobre o caso. Apesar de partidário de Dreyfus, o envolvimento de Durkheim nessa causa não chega a “[...] jamais ultrapassar o limiar de um engajamento político [...]” (STEINER, 2016, p. 21).

Côncio do desafio de institucionalizar a sociologia no meio universitário, Durkheim apressa-se por projetar uma ciência social que dê conta de compreender as mudanças trazidas pela modernização no *fin-de-siècle*, como das relações entre indivíduo e sociedade. Tal oposição canônica sempre se fez presente na tradição das ciências sociais, mas Durkheim, como indica Steiner, a ela não se limita e a ultrapassa, questionando de que maneira o indivíduo, em seu processo de autonomização, aparenta depender mais do corpo social.

Sobre a redação de *Da divisão do trabalho social* (1893), Steiner aponta para a originalidade da formulação (*démarche*) durkheimiana

a respeito das condições de surgimento e manutenção dos laços sociais, quando sugere que tais laços contêm um substrato puramente moral, onde este é o elemento que serve de base para a gerência de uma solidariedade social, responsável pela “[...] cooperação da qual a sociedade tem necessidade para que os diferentes indivíduos possam agir em comum acordo.” (STEINER, 2016, p. 37). Tal enunciado provoca uma ruptura com as perspectivas vigentes à época, que creditavam ao indivíduo a capacidade de se organizar em sociedade mediante interesses particulares ou por meio de decisões voluntárias de agentes do governo, como sugeriam, respectivamente, o utilitarismo e as teses montesquianas.

No capítulo IV, Steiner propõe que se siga um caminho original à interpretação da obra de Durkheim. O que chamará “Teoria da Socialização”, linha de coesão que permitiria perceber as preocupações do fundador da sociologia francesa a respeito do fenômeno moderno de promulgação do indivíduo como valor e das condições de possibilidade de coesão social sob esses termos. Problemática que mobilizaria reflexões em *Da divisão do trabalho social* e na obra *O Suicídio*.

A Teoria da Socialização, conforme denota Steiner da *démarche* teórica durkheimiana, trata de uma bipartição analítica entre o processo de integração social e o processo de regulação social. O primeiro compreendendo a forma pela qual Durkheim entende que o indivíduo, em sociedade, torna-se pertencente a um todo que lhe outorga aspirações que o ultrapassam. Comunidades religiosas e políticas, no que incentivam a interação frequente de seus membros, num reforço contínuo de ideias, sentimentos e fins compartilhados, são exemplos de como o processo integrativo, que faz transcender as existências individuais, permite ao grupo revitalizar-se e conquistar adesões em diferentes níveis cognitivos.

O processo de regulação, por seu turno, poder-se-ia depreender de três elementos essenciais à maneira como Durkheim concebeu o tópico da socialização – nesse ponto, Steiner refere-se com ênfase a *O Suicídio*. A universalidade das hierarquias sociais; a necessidade de um controle relativo das paixões individuais; e, por último, mas como que critério de satisfação das condições precedentes, esse papel moderador é positivado na medida em que se realiza sobre as expectativas dos indivíduos quanto a sua justiça e legitimidade.

Dos elementos supracitados, Steiner destaca que a regulação social, em Durkheim, é não tanto um processo ostensivo de castração de inclinações particularistas, mas a inculcação, em longo alcance, via autoridade moral que uma geração exerceria nos espíritos (consciências) das novas gerações, de disposições, desejos, fantasias que podem ser apreendidas/explicadas naquilo que têm de devedoras a contextos sócio-históricos específicos; vide o culto a pessoa, cuja gênese a escola durkheimiana habilmente situará no âmbito da moral cristã ocidental (DURKHEIM, 1975; DUMONT, 1985; MAUSS, 2003).

Segundo o autor, ambos os processos mencionados interviriam em três níveis da construção do objeto de investigação social em *As regras do método sociológico* e na elaboração do conceito de representações coletivas. Nível morfológico, isto é, do número finito de combinações entre segmentos societários, para Durkheim, fundamento da variação hierárquica/estrutural das sociedades. O nível dos fatos fisiológicos, aqueles dos “modos de fazer” correspondentes ao funcionamento normal de cada parte do todo social. E, por último, o nível das representações dos agentes, espaço de significações coletivas onde se devem buscar as explicações para as ações ordenadas dos indivíduos.

Tendo decomposto e cercado nas suas especificidades os aspectos constitutivos da Teoria da Socialização, Steiner passará a cruzá-los

no intuito de tornar evidente a progressão teórica e metodológica de Durkheim em apreender e explicar o suicídio como fenômeno sociológico. Os quadros das páginas 81 e 84 sintetizam a maneira pela qual o autor aqui resenhado entende que aquele intelectual realiza a passagem da detecção de regularidades em diferentes estágios da estrutura social à compreensão das regularidades nos comportamentos dos agentes. Holismo metodológico caro à abordagem durkheimiana, que alude, no caso do suicídio, aos mecanismos pelos quais a sociedade produz novos indivíduos elevando-os acima de si próprios (efervescência), tornando-os, com isso, desejosos das amarras que os ligam aos seus pares (regulação), à custa de, não lhes proporcionando experimentar a medida normal destes laços (fatalismo/anomia/altruísmo/egoísmo), fazê-los sentirem-se instados a uma “fuga radical” da existência.

E é propondo que se siga a noção de normal e patológico que Steiner ataca a costumeira caricatura feita da obra durkheimiana de tratar-se de uma sociologia “conservadora”, desprovida dos instrumentos de análise da mudança social e que mesmo a negaria em vistas de um suposto moralismo. Na sua proposta de interpretação, nosso autor seguirá argumentando como esse preconceito estaria ainda relacionado à inobservância do lugar que o indivíduo ocupa nesse programa de pesquisa. No capítulo V, “Da ciência a ação”, Steiner resgata os critérios de definição do normal em Durkheim, a fim de identificar o lugar da mudança em sua obra e apresentar sua sociologia como, ao contrário, uma ciência propositiva (WEISS, 2010).

A normalidade da existência do crime, argumento em *Da divisão do trabalho social*, surge, na interpretação de Steiner, como indicativo da latência com que a possibilidade de mudança toca qualquer agrupamento social. A generalidade com que se representam nas so-

ciudades a probabilidade de desvio da regra apontaria para o espectro das consciências individuais que não é, e nem poderia sê-lo, completamente uniformizado no processo de socialização. Em resumo, “[...] o crime pode prenunciar as mudanças do futuro, como no caso, afirma Durkheim, do crime pelo qual Sócrates foi condenado: a liberdade de pensamento.” (STEINER, 2016, p. 114).

Portanto, do caso limite de uma sociologia do crime e da análise do suicídio, Durkheim haveria, segundo Steiner, postulado as reflexões científicas como fundamento necessário à ação estatal. Steiner utiliza mesmo os termos “diagnóstico” e “terapêutica” para realçar as preocupações extrateóricas, contextuais, que realizam a ligação entre *A divisão do trabalho social* e *O Suicídio*, quais sejam: as do estado de limbo moral e institucional pelo qual passaria a França no entremeio da derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870) e a Primeira Guerra Mundial (1914). É daí que a ideia de agrupamentos profissionais merece menção de Steiner como “tratamento”, proposto por Durkheim, para servir de cimento entre a democracia emergente e uma base societária dispersa.

Steiner não se detém aí e, no capítulo VI, segue argumento a respeito da maneira transversal pela qual as questões políticas trespasam a produção daquele “intelectual orgânico da Terceira República” (ORTIZ, 1989). *As formas elementares da vida religiosa* (1912) e os escritos de Durkheim sobre educação serão analisados nesse capítulo. Nele, Steiner identifica, na virada durkheimiana à problemática da religião, aquele que em verdade seria o *leitmotiv* desta sociologia, qual seja, a relação indivíduo/sociedade.

Que mecanismos sociais atuam na formação dos agentes enquanto seres disposicionais, isto é, com inclinações que apresentam regularidades quanto a um modo ou outro de representar e agir na realidade?

A Teoria da Socialização reaparece aqui no expediente durkheimiano de abordar a religião como uma forma de classificar o mundo, de realizar cortes e gradações no caos de estímulos sensíveis via autoridade moral que a sociedade exerce sobre os indivíduos. Steiner argumenta pelo alcance heurístico que, laicizada, a noção de sagrado e profano, desenvolvida em *As formas elementares da vida religiosa*, adquire para um Durkheim que refletirá sobre o papel da escola na inculcação de uma moral cívica no âmbito democrático.

Na esteira de outros, Steiner indicará, caminhando para o fim de seu trabalho, duas vertentes nas quais ter-se-ão preservado, ainda que parcialmente, as proposições teóricas de Durkheim, na França, de 1920 a 1940. A do grupo de professores que seguiu propalando com êxito institucional, no âmbito do ensino universitário, as ideias durkheimianas segundo seu valor filosófico. E o grupo dos pesquisadores, estes comprometidos com a investigação científica do social e que, segundo Steiner, tinham, na obra daquele precursor da sociologia, como que um programa de pesquisa do qual se poderiam retirar hipóteses para exame empírico.

A posição relativa dos componentes desses grupos no campo intelectual francês entre as duas grandes guerras servirá de hipótese para Steiner quanto à defasagem que experimentará a sociologia naquele país no período pós-Segunda-Guerra mundial. Enquanto aqueles, posicionados estrategicamente para emitir com legitimidade institucional uma interpretação da obra de Durkheim, dedicavam-se aos aspectos menos prolíficos dos trabalhos deste último e expunham-se a críticas das quais o dogmatismo teórico de cátedra muito dificilmente poderia se desvencilhar; os “pesquisadores”, por outro lado, ocupados que estavam em seguir as pistas de Durkheim para compreensão racional e empiricamente orientada da realidade, pouco eram visita-

dos pelos críticos. Steiner referir-se-á, neste ponto, a Celestin Bouglé, Maurice Halbwachs, Marcel Mauss e François Simiand como autores de inspiração durkheimiana.

A tradução da obra ora resenhada é oportuna e vem se somar aos esforços de pesquisadores brasileiros³ em realizar leituras criativas do cabedal de ideias legadas por Durkheim. Longe da reificação teórica de conceitos, interpretações como estas tratam de reapresentar aquele herói fundador contextualizando-o, informando sobre as inquietações que outrora mobilizaram-no, proporcionando um avançar do conhecimento científico por meio da apreensão original das potencialidades de seu programa de pesquisa. O livro de Philippe Steiner fornece, nessa direção, uma retomada analítica de aspectos do trabalho de Durkheim que atestam a coerência interna de um projeto que se fazia e refazia movido por um objetivo sempre o mesmo, de lançar as bases de uma ciência nascente.

Referências

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, p. 235-263, 1975.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SAPIRO, Gisèle. Défense et illustration de “l’honnête homme”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. n. 154, p. 11–27, 2004.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, p. 5-22, 1989.

3. Ver, a esse respeito, o dossiê publicado pela revista *Sociologias: Cem Anos sem Durkheim, Cem Anos com Durkheim*. Disponível em: seer.ufrgs.br. Acesso em: 30 abr. 2017.

WEISS, R. A. *Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Recebido para publicação em 18/05/2017.

Aceito em 27/08/2018.